



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05-04-14

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Bom dia a todos. Com a presença dos Vereadores Senival Moura - este que vos fala - e Vavá, ambos do PT, declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública, da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, que se realiza no dia 5 de abril de 2014.

Informo que a íntegra da transcrição desta audiência pública está disponível ao público no portal da Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br, link audiências públicas.

Esta audiência está sendo realizada para discutir a regulamentação do Serviço Atende, destinado a pessoas com deficiência e mobilidade reduzidas.

Registro a presença do Sr. Altair Bezerra, Superintendente do Serviço Atende, da SPTrans.

Convido para fazer parte da mesa a Sra. Maria de Fátima Silva Lima, Conselheira de Transporte e Acessibilidade do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência; o Sr. Gilberto Frassetto, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

A presente audiência tem como objetivo demonstrar aos presentes a nova regulamentação do Atende, serviço de atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, Decreto 54.802, de 30 de janeiro de 2014, que disserta sobre a inclusão e integração sociocultural das pessoas com deficiência.

O Atende foi criado como modalidade de serviço complementar ao serviço de transporte coletivo de passageiros, instituído pelo Decreto 36.071, de 9 de maio 1996, destinado ao transporte de pessoas com deficiência física, temporária ou permanente, que não apresentarem condições de mobilidade e acessibilidade autônoma nos meios de transportes convencionais, ou que manifestarem grandes restrições ao acesso e uso de equipamentos urbanos.

O Decreto 54.802, de 30 de janeiro foi resultado de audiências públicas convocadas

pela Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, em conjunto com a São Paulo Transportes, da Secretaria Municipal de Transportes e da Pessoa com Deficiência, o Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência, Defensoria Pública, Ministério Público e sociedade civil.

O atual Decreto representa avanço no serviço Atende, entre outros, está o prazo de 180 dias para a construção de novo regulamento, conforme o artigo 7. Mais uma vez, a Comissão de Transportes, da Câmara Municipal de São Paulo, através desta audiência pública convida as partes envolvidas para essa discussão.

O Decreto representou avanços significativos para o Serviço Atende, como, por exemplo, a inclusão dos táxis acessíveis no serviço, portanto, a construção de um novo regulamento deverá significar novos avanços para o Serviço, principalmente para seus usuários.

Proponho que possamos restabelecer o grupo de trabalho das entidades citadas para, da mesma forma que construímos o Decreto, possamos chegar ao entendimento, o mais breve possível, na conclusão de um novo regulamento.

Inicialmente, como já havíamos conversado em última reunião, vou pedir à assessoria para fazer a leitura do Decreto, que foi um pedido das lideranças, em seguida, passarei a palavra aos representantes do Governo, no momento representado, por enquanto, pelo Altair Bezerra, em seguida falarão os membros da mesa, para finalizar e faremos as inscrições dos convidados.

Findando as falas da Fátima ou do Gilberto, faremos as inscrições. Cada inscrito terá 3 minutos para fazer uso da palavra, mas o grande objetivo é que apresentem sugestões para, futuramente, estudarmos um projeto de lei, um PL. Foi esse o nosso entendimento e, dessa forma, iniciaremos e finalizaremos a audiência pública.

Passo o Decreto à assessoria o Decreto.

- É lido o seguinte: (Continuação da leitura do Decreto Nº 54802, de 30/01/2014, da Prefeitura do Município de São Paulo).

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - OK. Muito obrigado, Assessoria, por ter feito a leitura desse Decreto.

Passo a palavra agora a Altair Neri Bezerra, Superintendente do Serviço Atende, por até sete minutos. Cronometrarei o tempo.

O SR. ALTAIR NERI BEZERRA - Bom dia a todos e a todas.

Agradecer aos Vereadores Senival e Vavá pelo convite e parabenizar pela iniciativa.

Na verdade, esta audiência pública é resultado de um processo de discussão que iniciamos no ano passado. Aproximadamente há um ano, tivemos uma audiência pública onde discutimos isso e essa audiência provocou desdobramentos que nos levaram a discutir um novo decreto. Hoje, a realidade nossa é, desde o dia 31 de janeiro deste ano, a publicação de um novo decreto onde, a partir do diálogo - entre a Comissão de Transportes da Câmara, a São Paulo Transporte, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, a Defensoria Pública, o Ministério Público -, conseguimos chegar a um entendimento e à publicação deste Decreto que, sem dúvida alguma, representa um ganho para o serviço.

Poderia apontar algumas coisas que fazem com que afirmemos os avanços que o serviço vai ter em função da publicação do novo decreto. Por exemplo, no decreto anterior, tínhamos uma situação que provocava uma distorção no entendimento do que era o Serviço Atende. Tínhamos, no § 1º, que o serviço era amplo atendimento para pessoas com deficiências físicas e outras deficiências; e, no artigo 5º, ele restringia a pessoas com deficiências. Essa distorção é corrigida no novo decreto.

Então, ele diz, no seu artigo 1º, que o Serviço Atende é voltado para pessoas “que não apresentarem condições de mobilidade e acessibilidade autônoma aos meios de transportes convencionais ou que manifestarem grandes restrições ao acesso e uso de equipamentos urbanos”.

E ele abre a possibilidade de atendimento a outras deficiências, que deverá ser por meio de outro serviço.

Inclusive nós, na São Paulo Transporte, estamos trabalhando também para criar um novo serviço que atenda essas outras deficiências.

Então, isso é de extrema importância, termos um decreto que defina bem o que é o serviço.

O segundo ganho, que entendemos que trará um equilíbrio para o entendimento e para o serviço, é a inclusão dos táxis acessíveis. A São Paulo Transporte, provavelmente, neste mês de abril, concluirá a proposta de credenciamento dos táxis acessíveis e, provavelmente, em maio o serviço de táxis acessíveis estará incorporado para fazer o atendimento das viagens eventuais. Então, isso significará um ganho para o serviço.

A terceira situação é garantirmos, no decreto, as três modalidades do serviço, que é o serviço regular, feito durante a semana; o eventual, que é o serviço a ser realizado pelos táxis acessíveis e o serviço aos finais de semana, que já existe, mas que não havia no decreto anterior.

Por fim, como avanço, e esse é o motivo da audiência pública, devemos criar um novo regulamento que leve à melhoria do serviço. Na verdade, o serviço Atende está para completar 18 anos. Existe um regulamento que precisa e deve ser melhorado. Devemos também ter a clareza de que precisamos ter um serviço equilibrado.

Então, é com essa expectativa que estamos nesta audiência pública, para ouvir as sugestões e as críticas a fim de que possamos construir um serviço melhor para a Cidade e para os usuários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado.

Convido para fazer parte dos trabalhos o Sr. Edvaldo Correia de Melo, Gerente de Serviços, no Atende.

Tem a palavra o nobre Vereador Vavá.

O SR. VAVÁ – Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes.

Farei um breve comentário a respeito desse decreto, que já está chegando a tempo de atender, com um pouco mais de qualidade, o serviço Atende, tendo em vista que é um serviço que tem grandes demandas. Esse serviço chega aos 18 anos com uma frota que pouco cresceu.

Estou vendo neste Decreto nº 54.802/14, que vem em boa hora, no sentido de fortalecer essa frota para dar um atendimento digno para as pessoas com deficiência física, que têm pouca mobilidade. Na verdade, é um serviço de extrema necessidade. A fila para esse serviço é muito grande, e há muitas reivindicações e, apesar disso, esse serviço se manteve com a frota mínima de 388 veículos.

Com o acréscimo dos táxis a esse serviço, acredito que haverá a melhora desse serviço, superando as nossas expectativas.

Muito obrigado a todos. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Maria de Fátima Silva Lima, Conselheira de Transporte e Acessibilidade do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVA LIMA – Bom dia a todas e a todos.

Agradeço o apoio dos nobres Vereadores e a presença de todos.

Esta é uma luta nossa de muito tempo. É muito bom saber que as pessoas estão interessadas na melhoria do serviço, que é isso que pretendemos: que esse serviço seja, cada vez mais, qualificado.

Contamos com esta Casa para a melhoria do segmento. Precisamos de mais carros, sim, porque ainda há muitas pessoas com deficiência que estão sem atendimento.

O Conselho Municipal é a voz da sociedade civil e este Conselho está aqui para lutar, junto com a sociedade, por uma melhoria do serviço.

Era o que tinha a falar.

Espero que todos tragam propostas.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Gilberto, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

O SR. GILBERTO – Bom dia a todos.

Aproveito a oportunidade para chamar a atenção para três coisas, que eu considero como avanços. No novo Decreto já foram incluídos dois tipos de atividades: eventuais e finais de semana, que não estavam no decreto anterior.

A outra coisa, foi a iniciativa do SPTrans, que incluiu, no Decreto, o serviço de táxi também. Isso é muito importante, porque vai dar mais flexibilidade para todo o trabalho que o Atende vem fazendo.

Outra questão, que está neste Decreto, é a mudança de conceito para o uso do transporte Atende. Então, o artigo 1º diz quem tem direito ao Atende.

O Atende é um sistema de transporte complementar a todo o sistema de transporte coletivo da cidade de São Paulo. Então, ele se integra. Ele é junto com o transporte convencional. Isso é muito importante.

Então, o Atende tem um trabalho que visa garantir o direito de ir e vir daqueles que não têm acesso ao transporte público coletivo. Então, há o termo de conceito: tem direito ao Atende a pessoa com deficiência física que não tenha acesso, com autonomia – e essa palavra autonomia é muito importante, ao sistema de transporte público coletivo.

E diz mais ainda: ou que haja algum impedimento devido a equipamento urbano. Então, vocês percebem que esse conceito está de acordo com a convenção internacional da pessoa com deficiência que foi incluída na nossa Constituição. Antigamente, o conceito de deficiência física era só voltado para pessoas em si, a sua limitação. Agora não, de acordo com a convenção o meio ambiente também interfere na locomoção da pessoa com deficiência e

esse conceito do Atende já está dentro disso.

Esse foi um avanço muito importante. Temos a oportunidade agora, através dessa proposta, da Comissão de Transporte e Trânsito da Câmara Municipal, através do Vereador Senival Moura, de vermos o que é possível melhorar e transformar e dar força em lei a esse decreto.

É importante ressaltar que todo esse trabalho está sendo feito com participação da pessoa com deficiência. Antes as questões vinham prontas para que homologássemos. Agora, temos a oportunidade de participar. Essa participação é constitucional, através de seu artigo 37, que diz que de acordo Câmara Municipal a lei as pessoas podem participar diretamente para ter informações da gestão dos serviços públicos. Isso mudou um pouco de conceito, porque tínhamos antes somente o que chamávamos de democracia representativa. Elegíamos os deputados e vereadores e senadores para atuarem no Parlamento e é o que chamamos de democracia representativa.

Esse artigo da Constituição cria a democracia participativa, ou seja, permite que as pessoas participem diretamente da gestão pública, fiscalizando, sugerindo e esse é um trabalho que estamos fazendo. Quais são as instâncias da democracia participativa: o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é uma delas. Existem outras, por exemplo, a audiência pública que estamos fazendo aqui é outra forma de democracia participativa onde estamos participando e tendo a possibilidade e oportunidade de fazer algumas sugestões, dizer daquilo que podemos não concordar, enfim, temos de aproveitar e estar participando.

A Constituição garante o direito da livre manifestação do pensamento e podemos a qualquer momento reclamar e denunciar. É um direito que temos, mas temos esse outro direito que é de participar. Precisamos nos utilizar desse outro direito de participar.

Sobre o Atente estamos fazendo reuniões todas as quartas-feiras, entidades e pessoas interessadas estão se reunindo, para atualizarmos o regulamento do Atende de acordo com o novo decreto que fizemos agora. Nesse processo surgem muitas ideias e

melhoramos os institutos, ouvimos os problemas que tem. Vocês também podem participar.

Nesse processo do Atende, fechamos um decreto que foi um avanço com relação ao anterior e agora já temos essa proposta de um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos. Cumprimento o Vereador Senival Moura, Presidente da audiência pública; a Fátima, militante guerreira; Altair, Gilberto e Edvaldo, da administração.

Estava na reunião do Plano Diretor Estratégico, que vai ordenar o crescimento da Cidade nos próximos anos. É importante que as pessoas com deficiência participem da discussão mais fortemente. Participei de algumas e vi poucas propostas de pessoas ligadas ao segmento.

Depois essa audiência pública que vai ter no Anhembi, hoje e amanhã, vão ter audiências nas regiões. Serão audiências temáticas e seria importante que as pessoas do segmento participem porque vamos discutir as questões das calçadas, de uma série de coisas que possam estar colocando na questão do Plano. Apesar de termos leis sobre essas questões, mas o Plano pode dar melhorias na acessibilidade das pessoas com deficiência.

Outra questão importante é que todo o final de ano discutimos o Orçamento da Cidade. Por exemplo, o caso do Atende, acaba tendo uma demanda reprimida e não consegue atender todas as solicitações e as pessoas chegam para o Altair e ficam pressionando legitimamente. Mais o Altair tem um limite orçamentário para conseguir atender essa demanda.

Quando chegar ao final do ano, as pessoas Câmara Municipal deficiência têm de fazer seu *lobby* para pressionar os Vereadores a aumentar o Orçamento das políticas públicas que vão atender vocês porque se não estaremos sempre nesse dilema. Dinheiro limitado, muitas demandas e a falta de atendimento para alguns. Seria importante que as pessoas com deficiência, quando chegar o mês de novembro, comessem a sintonizar sempre o que está

acontecendo nas questões do Orçamento e procurem os Vereadores para fazer a discussão.

E a terceira e última questão é sobre a discussão do Atende. Acho que esse decreto já avança em algumas questões em relação ao último decreto. Estamos neste momento discutindo uma lei que seria muito mais forte e que já nos garante o que está apresentado no decreto. As coisas que podem acontecer de positivo é melhorarmos essa lei, mas não fazê-la regredir. Acho que temos questões garantidas, mas a discussão que a Comissão está promovendo é para ver se conseguirmos melhorá-las ainda mais para as pessoas com deficiência.

Estamos aqui para colaborar. Vamos participar do debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Orlando Galati.

O SR. ORLANDO GALATI – Bom dia a todos que levantaram cedo para estar aqui hoje. Vim aqui para somar e, que já tenho a oportunidade e o dom da palavra, quero contar o que conversei com muitos pais e mães. Sou deficiente, ando de metrô, sou pisoteado e, graças a Deus, não uso o Atende.

Existem alternativas, e a Mesa o e Presidente sabem disso e irão fazer de tudo para nos ajudar. O que não os senhores não podem esquecer é que quem sofre tem pressa. Precisamos rapidamente de soluções imediatas. Soluções existem, só não podemos mendigar favores.

Para quem não sabe, há cerca de cinco milhões de pessoas com deficiência em São Paulo. A demanda é monstruosa e não dá para ficarmos mendigando um Atende, que, apesar de cumprir seu papel, precisa melhorar rapidamente. Não vejo pessoas com deficiência nas universidades, porque não têm condições de estudar. Vejo pais e mães que precisam trabalhar e, quando precisam se locomover para levar seus filhos ao médico, têm que usar táxi comum ou o acessível, que é caro.

O Estado tem que estar presente. Os senhores têm o *lobby*, o poder da caneta, sabem do orçamento e têm que nos ajudar. Vim aqui fazer um apelo aos senhores. Na Mesa,

não há nenhuma pessoa com deficiência. Temos uma Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência que é composta por pessoas que não têm deficiência. Vejo pessoas que não são deficientes decidindo o meu futuro e o futuro dos meus filhos.

Sr. Presidente, eu amarro o sapato com uma mão só mais rápido do que o senhor. Sr. representante, dirijo um carro comum melhor do que o senhor, mas eu não consigo cortar um bife. Sei da minha limitação, por isso ninguém tem o direito de falar por mim. Não vejo representatividade para as pessoas com deficiência. Uma comissão precisa ser composta diretamente por pessoas que sofrem o problema.

Anteontem, fui pisoteado em Guaianases, uma situação até engraçada. Como sou empresário, tenho relacionamentos bons, mas vim até hoje para falar diretamente ao seu coração, porque sei que o senhor pode nos ajudar rapidamente. Permitam-me contar somente isso, porque é engraçado. Na sexta-feira, fui ver um terreno para a Fiat do Brasil. Fui de metrô, mas cometi um erro: vim de Ferraz de Vasconcelos até Guaianases, e ali fiz uma baldeação para tomar o metrô às 18h30. O detalhe é que o trem estava vazio. Quando o mesmo trem parou e abriu as portas, eu e uma senhora fomos literalmente pisoteados, porque as pessoas entraram com toda a força e havia pessoas atrás empurrando.

Contei essa história para mostrar que essa é uma situação real que não é culpa do transporte público e sim da ingerência, que faz a situação estar assim em todos os Estados.

Sr. Presidente, Sr. representante do Atende, isso é pouco, é muito pouco. Como uma pessoa inteligente que é, o senhor tem o poder de nos trazer alguns projetos. Sr. Vereador, V.Exa. é nossa voz, pois não temos sequer um Vereador com deficiência na Câmara Municipal para falar em nosso nome.

Conviver com a deficiência é uma situação; viver a deficiência, outra. Os senhores levantam da Mesa e vão ao banheiro sozinhos. É uma operação de guerra levar uma criança deficiente ao banheiro, limpá-la, ir a uma faculdade, entrar num ônibus. O representante do Atende disse que a van do Atende é uma extensão dos ônibus. Quero ver quem entra num

ônibus às 17h ou num metrô das 7 às 10h. Ninguém entra.

Não vim aqui para criticar, mas para pedir ajudar, socorro, porque nós precisamos de vocês, porque o telefone 0800 não atende. Isso é crueldade conosco.

Sr. Presidente do Conselho, o senhor tem uma responsabilidade de cobrar constantemente, porque o orçamento quem dita é o Município, são os Vereadores. Se eu tenho que pedir aos senhores o que os senhores já sabem fazer, tem alguma coisa errada. Não peço nada para daqui a um ano, mas para agora. É importante que os senhores nos ajudem. Pelo amor de Deus, pelos seus filhos.

Noventa e sete por cento dos cadeirantes no Brasil não nasceram cadeirantes. Então, vou rezar pelos senhores todos os dias para que nada aconteça com os senhores ou com algum dos seus, porque essa é a nossa realidade todos os dias.

Estou pedindo pelo amor de Deus para os senhores nos ajudarem. As soluções eu sei que os senhores já têm, mas o Atende não é suficiente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Sandra Reis. Bom dia. Estou aqui para reforçar o que o meu amigo disse: temos um decreto que criou o Atende e há muitos anos não sai disso. Precisamos de um projeto de lei, porque, se esse decreto continuar, a cada governo que assumir poderá acontecer o que está acontecendo agora, ou seja, revisa aqui, ali, mas as melhorias são poucas.

Reforço a sugestão que o colega fez. Peço ao Conselho Municipal, aos Srs. Vereadores e a todos que estão aqui que a Comissão que for discutir esse projeto de lei, o decreto ou a portaria seja a mesma e que pessoas que utilizam o sistema, que saibam o que é depender pela manhã da van do Atende, que, quando marcada para chegar às 7h, você tem que se levantar às 3h para se arrumar e conseguir sair às 5h de casa, porque há outros usuários junto com você. Que a Comissão seja composta por pessoas assim e não por pessoas que não usam e não saibam como funciona o sistema. Não sabem como é uma mãe

ficar rodando três com o filho que tem problema de crise, de espasmo dentro de uma van na cidade de São Paulo, com o trânsito que enfrentamos. Tudo que ganhamos com meia hora de natação, de fisioterapia na AACD é perdido quando chegamos em casa. Os senhores não sabem o quanto é duro tirar o filho da cadeira, todo duro por ficar plantado dentro da van, e depois coloca-lo na cama.

Sabemos que o número de vans não é o suficiente e que o orçamento é deficitário, mas temos as pessoas que nos representam para brigarem por isso. É impossível que não ouçam. Nós, deficientes, não somos coitadinhos, somos eleitores. Somos eleitores. A cada quatro anos escolhemos nossos representantes e é aqui que temos que cobrar.

Esta Comissão, senhores, tem que ser composta por pessoas com deficiência, porque é impossível que essas pessoas que não usam o sistema, que não passam no dia a dia o que passa uma pessoa com deficiência falem por nós. Eu não aceito isso, assim como muitos dos nossos amigos, que agora estão lá fora nos criticando, não aceitam ser representados por ninguém.

Essa é uma das sugestões. Outra é o telefone 0800, que não oferece atendimento algum. Cheguei a mandar *e-mail* marcando hora. Fiquei das 15 para as quatro até as 17h30 no telefone tentando cancelar uma viagem de van. Não consegui. Fui para a porta da faculdade de manhã para tentar cancelar. Também não consegui. O que está havendo? Eu sei que o sistema tem um espaço maior para o 0800 dentro da SPTrans e que podem ser contratados aprendizes para fazer o serviço. Então, por que não está funcionando se antes com três gatos pingados e uma folha de papel o pessoal dava conta?

Outra sugestão ainda é que esse documento contenha o Atende regionalizado, para atender às subprefeituras. São 31 subprefeituras e seriam 31 vans. Se tiver uma van em cada subprefeitura, vai desafogar totalmente o sistema. Além do que, quem entra na Justiça consegue van para ir para a faculdade, para o tratamento, para a casa da tia, para a casa da avó, para a AACD. Quem não entra na Justiça não tem direito de conversar e negociar, porque

precisa de uma eventual antes de 20 dias ou depois que passa o prazo de 20 dias.

Pensem nisso, senhores, e vamos trabalhar para o sistema funcionar direito.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Bóris.

O SR. BÓRIS – Bom dia a todos. O que eu tenho a dizer é complementar às duas falas anteriores, muito oportunas e bem representativas. Sobre o Atende, é preciso otimização. Acredito que o Atende tem que ter mais vans. Como foi dito, é uma questão de orçamento. Por que, então, não colocar as cooperativas? É lógico que vai ser algo polêmico, porque sabemos que as cooperativas não funcionam como as empresas grandes, mas é preciso que seja feito isso, colocar mais vans no sistema, empresas novas, porque as que estão aí estão praticamente formando um cartel, porque a empresa grande compra a pequena, como está acontecendo, assume todo o serviço e os funcionários, mas não as vans. O que está acontecendo? Como o Prefeito fechou algumas empresas, as empresas grandes foram lá e pegaram, mas não está adiantando nada.

Então, por que não as cooperativas? Se no passado havia cooperativas, por que não usá-las agora? Há muita gente que tem experiência em cooperativa, que já formou cooperativas, que trabalha bem. Acho que a grande maioria dos motoristas ia ser incentivado a fazer ou até parentes, e a gente teria maior quantidade de vans. Então essa seria uma proposta, uma solução.

A segunda é a questão da pessoa com deficiência enferma, mais especificamente a pessoa que faz hemodiálise. Há um projeto de lei aqui na Câmara, que é o PL 054/09, que é transporte de pessoas enfermas, inclusive o nobre Vereador Toninho Véspoli tem conhecimento, porque eu já levei até ele, que se esse projeto for implantado, eu acredito que a hemodiálise vai abrir espaço para sobrar mais vans e outra coisa, as pessoas que fazem hemodiálise, eu, como estava falando, o trânsito de São Paulo é muito intenso, a van fica muito tempo parada, sol quente, a ambulância é mais confortável, eu acredito que vai dar mais

dignidade para a pessoa com deficiência, sem contar que as outras pessoas que vão usar esse transporte de pessoas enfermas. Então o que acontece? Quando a pessoa com deficiência fica enferma, que tem que ir tratar dessa enfermidade, que de repente é um enfermidade que não pode ir no Atende, ou que seja mais vezes que uma eventual, a pessoa com deficiência pode sim ir no posto da UBS de referência em que ela mora e pedir o agendamento desse transporte de pessoas enfermas.

Então são duas propostas que, de repente, vai otimizar melhor o Atende, que é colocar cooperativas para atender o Atende, não só empresas grandes, como é hoje, e o projeto de lei, porque esse PL passou em todas as instâncias da Câmara, só está esperando ir a votação para ir para sanção do Prefeito.

Essas eram as duas propostas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Paulina Jaci.

A SRA. PAULINA JACI – Boa tarde, Vereador Presidente da Mesa, boa tarde senhores presentes na Mesa, boa tarde ao nosso representante dos surdos e mudos, boa tarde população, deficientes ou não, que tem cérebro e brasileiros que estão aqui hoje. Eu sou brasileira, 54 anos, e sempre participei de movimentos em defesa do nosso povo brasileiro, deficientes ou não.

É muito pouca gente aqui hoje para representar os deficientes do Brasil, não só de São Paulo, porque dentro de São Paulo, gente, não anda só quem mora em São Paulo que é deficiente, tem muita gente para passar nos médicos, para representar a família em algum lugar, para andar de metrô, de trem, porque o Atende hoje... Eu sou motorista de ônibus, eu tenho curso do Atende, eu fui procurar uma vaga para trabalhar nos carros do Atende, eu não consegui uma vaga. Uma, eu sou mulher, outra, eu estou velha, tenho mais de 35 anos. Portanto, eu estou aqui de corpo e alma. Eu digo para vocês, eu ando, meus 54 anos em São Paulo, em muitos lugares e ando no metrô, eu ando no trem, eu ando de ônibus e eu tenho visto até colegas meus, porque vocês não são totalmente atendidos, o Atende não dá para

atender a demanda dos cadeirantes, dos deficientes de mobilidade lenta e dos idosos. Gente, é uma vergonha para mim ser brasileira, motorista de ônibus, ter que olhar meu próprio colega no volante do ônibus porque o cadeirante não consegue o Atende e tem que andar de ônibus, de metrô e de trem. Conclusão, meus próprios colegas de trabalho, ao qual não preciso dizer nomes, negando de carregar um idoso, um deficiente, ou de mobilidade lenta. Eu chamo a atenção: “Colega, ajuda a levar”. Nós, que não somos deficientes, temos a obrigação de cumprir a nossa cidadania, remunerada ou não, voluntariar na Cidade. É uma vergonha a condição das calçadas! Não tem como os cadeirantes se locomoverem.

Então, concluindo, deve haver mais fiscalização no transporte de São Paulo, porque é uma vergonha ver meus próprios colegas não pararem os carros para um idoso ou para um deficiente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Eulália.

A SRA. EULÁLIA – Boa tarde a todos. Sou surda e cega.

Deixo registrado que não participei de outras audiências por falta de acessibilidade, por falta do intérprete.

Estamos felizes porque, agora, teremos direito ao Atende. Mas falta dar sugestões. Quando um Atende vai buscar uma pessoa em sua casa, eles não podem nem chamar, nem tocar a campainha, nem buzinar. Para nós, pessoas surdas e cegas, fica muito difícil. Então, a sugestão é que se toque, pelo menos, uma campainha ou que se buzine.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Maria Gorete.

A SRA. MARIA GORETE – Boa tarde.

Sou mãe de uma cadeirante que não nasceu cadeirante. Por pouco tempo ela está usando o Atende e já vi muita coisa errada lá. Essa convencional que vocês falam, de marcar com 20 dias antes, chega no dia, ela não vem. A gente fica esperando e ela não vem. Perde-se

tudo que marcou e não vem.

Estou dando a sugestão de mais dias para a convencional.

Outra coisa, a perua vai sem ninguém. Estão reclamando que não perua para levar o povo, mas acontece que a minha filha vai toda sexta-feira sozinha na van, que cabe três cadeiras de roda!

A minha sugestão é essa, que levem mais pessoas, que vão para o mesmo lugar, em uma mesma van.

Era só isso que eu gostaria de falar. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Altair Bezerra, para esclarecimentos.

O SR. ALTAIR NERI BEZERRA – Vou procurar fazer um debate com todos, da forma mais franca possível.

Quanto às críticas em relação ao serviço, esclareço que não dá para dizer que essas pessoas não têm razão. As críticas são pertinentes e são verdadeiras.

A nossa obrigação aqui, desde quando assumi o Atende, é trabalhar para um serviço melhor. O Decreto é um passo que foi dado para melhorar esse serviço.

Aí, queria dizer para vocês o seguinte, 0800: vocês têm toda razão em relação à crítica. Nós estamos, sim, passando por dificuldades.

Só para vocês terem ideia, quando cheguei na SPTrans, o 0800 ficava em um lugar totalmente inadequado. Os equipamentos, em sua grande maioria, eram obsoletos.

O que acontece? Preparamos uma sala só para o 0800 da SPTrans e trocamos os equipamentos. Se vocês perceberem, entre setembro e dezembro, melhorou muito o atendimento do 0800.

O que aconteceu? Nesse período de setembro a dezembro, recebemos, através de um contrato, nove jovens aprendizes. E nesse período, o serviço melhorou. O que aconteceu? Esses jovens aprendizes saíram da empresa e o serviço voltou ao mesmo número de pessoas,

que é insuficiente para o atendimento.

O que temos feito? A partir do momento de contratação de novos funcionários, é que teremos o serviço restabelecido.

O 0800 causa um problema para vocês, que tentam ligar por várias vezes, e gera, também, um problema para o serviço Atende, porque uma parte dos usuários liga no próprio serviço Atende, e a pessoa que está fazendo a programação, está atendendo o usuário; a pessoa que faz a parte administrativa está atendendo o usuário. Quer dizer, gera um desconforto e um problema bastante grande.

O que posso garantir para vocês é que temos trabalhado para dar uma solução para essa situação.

Vocês têm toda razão nessa reclamação generalizada.

Espero que possa resolver a questão do 0800 o mais rápido possível.

Em relação a uma hora antes. É uma situação que eu preciso atender o maior número de pessoas possível. Então, principalmente no pico da manhã, entre 7 e 8h, existe um número muito grande de pessoas para serem atendidas. Se eu não esticar esse tempo, não conseguirei atender mais pessoas.

Agora, o que estamos discutindo aqui? Estamos discutindo propostas para o regulamento. Podemos trabalhar isso. Podemos melhorar isso.

Só para vocês terem uma ideia, hoje, na SPTransporte estamos implantando um novo sistema de roteirização. Hoje, quem faz a rota, na SPTransporte é o funcionário.

Hoje, estamos implantando uma tecnologia para vermos se essa tecnologia nos ajuda a tanto transportar mais pessoas – e quem falou da van vazia, não é essa a ideia. Queremos trabalhar a van na sua capacidade. É verdade. Não estou negando que não existam vans vazias. Mas, estamos tomando medidas e acreditamos que esse novo sistema potencializará o atendimento e, até mesmo, reduzindo esse tempo de uma hora.

A discussão do regulamento, nos remete a fazermos essa discussão, a fim de

tentarmos melhorar isso.

Em relação aos surdos e cegos. Provavelmente em junho e julho, no mais tardar, estamos trabalhando um novo decreto, que é para o atendimento a outras deficiências.

Então, a nossa ideia é, já a partir do segundo semestre, abriremos inscrição para deficiência de surdos e cegos. Em novembro, abrir inscrição para os autistas, que é uma demanda que não temos dimensão do que é. A partir de janeiro de 2015, a gente começar a transportar as pessoas com autismo.

Estamos trazendo novos serviços e incluindo mais pessoas e isso também vai significar um aumento da frota. Só vamos conseguir definir a frota ideal a partir do momento que tivermos clareza da demanda que existe. Temos trabalhado paulatinamente para que possamos oferecer um serviço melhor e com maior qualidade.

Quando incorporamos os táxis, fizemos com essa ideia. Existe o serviço eventual que não tem uma grande demanda e que van não atua na sua capacidade. Então, a van, no serviço eventual, estava trabalhando quase que exclusivamente. O custo da van é maior. A van vazia torna o serviço mais caro. O táxi já tem essa característica de ser um transporte exclusivo e mais confortável.

Existem as críticas, mas também existe da nossa parte todo o empenho no sentido de melhorar o serviço, ampliar o atendimento, garanti-lo a outras pessoas com outras deficiências e não somente a física.

Quero ser muito justo e parabenizar todo o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência que tanto no decreto eles se debruçaram e tiveram uma postura muito importante, eles pensaram no melhor serviço para a Cidade. A proposta que o Conselho fez de decreto é muito próxima daquilo que a gente imaginava.

A proposta que vocês estão trabalhando de um novo regulamento, eu também trabalho com essa ideia de ser muito próxima daquilo que é o ideal. Com certeza, o novo regulamento pode avançar em um serviço melhor. As dificuldades que a São Paulo Transporte

tem, acho que cabe a eu fazer com que as coisas aconteçam de forma melhor e mais rápida para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado, Altair.

Tem a palavra a Sra. Regina Mendes da Silva.

A SRA. REGINA MENDES DA SILVA – Bom dia. Estive presente na outra audiência e conversei com o Sr. Odair a respeito do 0800, mas não foi resolvido.

A outra reclamação é que a gente liga muito para o Atende para falar de vans que vai uma pessoa que mora no começo da zona Sul e outra que mora no Capão Redondo. Saí da escola com uma criança que vai ao Capão e outra que vai a Guarapiranga. A outra van também vai com uma criança que vai ao Capão e outra que vai a Guarapiranga. A gente procura ligar para avisar que tem duas ou três crianças que vão para o mesmo itinerário, o que facilitaria para nós porque chegaríamos a casa mais cedo, só que vocês não dão essa oportunidade para a gente.

Então, fica complicado. A gente vem, participa e oferece, mas na verdade vocês não escutam. Na outra audiência foi falada a mesma coisa. A gente liga para falar, mas ninguém dá valor para o que a gente fala. Às vezes a gente fica duas ou três horas no trânsito com criança que, às vezes, convulsiona dentro da van, fica com fome e isso não é levado em consideração.

Se for para dar uma sugestão, essa é a primeira. Como tiraram as vans que eram exclusivas para as eventuais, estamos ficando ainda mais tempo na rua. A gente sai para ir ao médico 5h de casa e temos de chutar um horário de três ou quatro horas para atendimento para sair e ficar esperando o Atende e nós somos pegadas por último e entregues por último. Depois que o motorista faz o itinerário dele é que vamos chegar a casa. Ficamos às vezes com uma criança na rua por oito ou nove horas em uma cadeira de rodas. Isso tem de ser pensado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Gersonita Pereira Souza.

A SRA. GERSONITA PEREIRA SOUZA – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa e ao nobre Vereador pela audiência pública, mas devo ressaltar que tivemos uma audiência pública do Atende e nada melhorou de lá para cá.

Sabemos que a situação está difícil e gostaria de fazer uma sugestão. Desde 2009 estamos cobrando aumento da frota. Não aumenta nada no sistema. Cada dia tem um deficiente sendo apto a utilizar o Atende. Está tudo focado no Atende. Não vejo porque esta Casa, a Prefeitura e a Secretaria de Transporte, que têm todo esse levantamento e não fazem um plano para melhorar esta questão na cidade de São Paulo.

Somos eleitores, votamos, as famílias também, assim como os próprios deficientes e é um número muito grande. Pensem nessa questão. As mudanças estão sendo feitas, mas não estão sendo vistas porque as pessoas não estão sendo contempladas. Peço que aumentem a frota.

Por que o serviço do Atende perdeu de um ano e meio para cá a qualidade em 90% do atendimento? Temos a mesma quantidade de carro e há um ano e meio atrás a gente tinha um atendimento. Até podia não ser dos melhores, mas as reclamações são bem menos do que agora. Então tem muita gente sem ser atendida, muita regressão já aconteceu de pessoas que faziam suas reabilitações e não estão fazendo mais por conta dessa mudança. Mudança é necessária fazer sim, mas desde que não prejudique o usuário e a população. Eu gostaria que a Mesa pensasse nisso.

A questão do projeto de lei. Eu gostaria também e sugiro que pessoas com deficiência têm que estar deliberando junto com o Poder Público nessas questões. Nós estamos falando hoje de pessoas com deficiência. Então todo o trabalho voltado para pessoas com deficiência sente que um grupo de pessoas com deficiência elas melhores sabem como fazer o trabalho, como ajudar, contribuir para que o trabalho seja feito via ponto que precisamos.

Um levantamento sempre é bom ser feito eu acredito que a cidade de São Paulo tem isso. Então vamos trabalhar juntos, vamos pensar juntos numa coisa maior e vamos para com essas reclamações todas, porque tem a possibilidade de se estudar e fazer sim. Ve em cada orçamento de todo ano o que vai precisar para contemplar isso. Também eu creio que o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que é nosso representante legal na cidade de São Paulo, porque votamos nos conselheiros, tem o dever de estar junto, acompanhando essa política toda, e formando uma comissão junto com o Conselho, com as entidades e com as pessoas com deficiência que queiram participar e fazer um trabalho bom e elaborado para que melhore para essa Cidade que nós merecemos.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra a Sra. Deise Cristina Alves do Nascimento.

A SRA. DEISE CRISTINA ALVES DO NASCIMENTO – Bom dia todos e a todas, às pessoas que estão na Mesa também. Eu vi muitas reclamações justas, algumas poucas propostas. Eu uso o Atende todos os dias, de segunda à sexta, vou trabalhar, acho um “excelente trabalho”, entre aspas, porque todo trabalho precisa ser melhorado.

A proposta que eu venho aqui falar é a seguinte, o 0800, que é o Não Atende, ele está faltando uma qualificação para as pessoas que estão lá atendendo ou não a gente, porque é um péssimo atendimento, porque são jovens aprendizes, mas tinha que ter alguém responsável para fazer um treinamento com eles para saber atender a gente. Porque houve muitos cancelamentos, estão havendo muitos cancelamentos sem a gente cancelar. Por quê? A gente nem sabe o motivo. Quando vê, fica esperando aí liga lá e dizem: “Mas está cancelado”. Quem cancelou? “Não sei”. Como não sabe? Porque não tem qualidade no atendimento. Se tem o treinamento adequado com esses jovens, vai acontecer poucas vezes isso.

Também o atendimento que não existe para a gente cancelar, tem pessoas que ficam de quarta-feira até sexta-feira para fazer um eventual, que estava no limite já de fazer.

Teve que ligar diretamente na SPTTrans para fazer isso. Por que não está? Como o superintendente falou, que tem poucas pessoas do jovem aprendiz. Poxa vida, toda empresa, quando está começando, está se adequando ao atendimento dos funcionários. O Atende tem 18 anos e como está se adequando se está falando funcionário? Se não tem funcionário, tem que ter esses funcionários. Antes de mandar eles embora, penso eu, posso estar errada, ter que ter outras pessoas para fazer esse atendimento porque diminui os funcionários, os atendentes, e aumentam os usuários? E a gente, como é que fica?

Você fica passando raiva naquela musiquinha. Quando atende, fala que todos os funcionários estão ocupados. Ocupados? Se não tem ninguém! A gente se sente humilhado, nós nos sentimos humilhados, não ouvidos. Aí vai, você quer cancelar e não pode cancelar.

Então, é só isso o que tenho a falar sobre essa proposta de fazer um treinamento qualificado para os atendentes, aumentar esses funcionários - certo? -, aumentar o número de vans, com qualidade também; para os motoristas também, porque os motoristas são excelentes para nós aqui - creio que todo mundo concorda, certo? (Palmas) Porque eles fazem coisas assim que eles são sobrecarregados, na realidade. Porque, como falou uma pessoa agora há pouco, vai do Capão Redondo para outro lugar, e eles ficam assim, atrasa e tudo, mas eles não são culpados. O culpado é o sistema que não tem treinamento suficiente, com qualidade, para fazer o atendimento. Só.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - OK. Obrigado. (Palmas)

A próxima é Andréia de Cardoso; e, em seguida, Maria Imaculada Cândido.

Quem é Andréia?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Tá. Então, vou passar a palavra já para a próxima: Cleusa Isabelle. (Pausa) Não, não está. (Pausa) Cadê a Cleusa? (Pausa) Então, Ana Maria Gomes Costa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Então, o próximo é Carlos Alberto. (Pausa)

Vou passar para o representante da SPTrans para falar. Quem vai responder é ele.

Então, as pessoas que fizeram inscrição - eu imaginei aqui - ninguém me informou - que viriam com as perguntas para fazerem aqui, tá? Passei agora à mão do representante da SPTrans. Em seguida, ele vai responder uma a uma, OK? Assim, primeiro, Carlos Alberto.

O SR. CARLOS ALBERTO - Bom dia a todos da Mesa e aos participantes.

Quero começar propondo para a Gerência do Atende: já que todos estamos aqui de acordo que existe um problema do funcionamento, quero propor para Altair e para a Gerência do Atende que sejam suspensas todas as punições dos usuários do Atende. Isso porque, se constatamos que houve um problema, importante, primeiro, passarem quais usuários realmente agiram de forma inadequada e que merecem a punição, para que eles sejam punidos. Se percebemos, como usuários, que existem problemas no atendimento - isso o próprio Altair também admite -, então quero propor aqui a suspensão das punições dos usuários. Essa é a primeira proposta.

A segunda: em relação ao PL, acho que ele tem avançado realmente, o decreto. E, agora, a ideia de que ele vire uma lei, queria propor duas questões. A primeira é a questão do controle social, sobre a qual Gilberto falou bem, que não temos só democracia representativa, mas democracia participativa. No decreto, está interessante, mas não é o ideal. Eu trocaria o termo que está lá, que é uma comissão de participação, alguma coisa assim, e trocaria por: Conselho Gestor de Usuários do Serviço Atende. Aí, essa Comissão será mais legítima para que possamos ter o controle de todas essas irregularidades que acontecem. Porque o técnico é importante, não trabalhamos sem o técnico. Mas é preciso ter o usuário para também colocar o outro lado, não é? Para também, juntamente com o técnico, poder melhorar o serviço. Então, queria propor isso.

A outra proposta no PL: não sei ainda de que forma, mas há uma coisa muito importante do Atende que não é todo dia que acontece, mas invariavelmente, em alguns anos,

isso muda, que é o leiaute do carro. Sabemos o problema que está dando este novo formato, este novo leiaute do carro - é o carro da Fiat, o sistema de trilhos. Sei que é uma lei federal que regulamenta como que tem de ser a posição das cadeiras de rodas no carro. Mas, dentro daquilo que as resoluções federais definem, podemos, juntamente com os técnicos, os engenheiros do Atende, nós usuários, dizer qual a melhor posição, qual melhor forma de as cadeiras de rodas ficarem ali, qual é a melhor forma de prender a cadeira de rodas, a melhor forma de prender os usuários. Essa é outra proposta, que incluía isso no PL.

Outra coisa, para terminar: Gente, nós, pessoas que participamos, foi falado sobre o número de pessoas do segmento e acho que, contando aqui, por cima, não chega a 200 pessoas, não é? Então, não é um grupo realmente, o nosso segmento, que tenha tanta participação como outros segmentos, mas tem participação. Acredito que nós que estamos aqui somos verdadeiros guerreiros e guerreiras; somos pessoas combativas que querem, assim, discutir as políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, que vão repercutir não só na nossa vida, mas na vida da maioria, inclusive daqueles que não estão aqui.

Então, para dizer o seguinte: estamos falando de Atende, mas sabemos que muitos dos usuários que utilizam o Atende não precisariam utilizá-lo, se o sistema de transporte coletivo fosse devidamente adaptado e acessível, e não é. E aqueles que são adaptados, que têm o elevador, sabemos que não funcionam, sabemos que o motorista e o cobrador não sabem mexer com o elevador; muitos dos elevadores são perigosos; há pessoas com deficiência sofrendo acidentes no elevador. "Ah, então, vamos fazer; então, vamos adaptar 100% da frota". "Ah, então, por que não adapta?". "Não tem dinheiro". Não tem dinheiro? Nós sabemos - não sei se todos aqui sabem - do recurso do Governo Federal que veio para a cidade de São Paulo. São 7 bilhões de reais para política pública voltada para pessoas com deficiência. Não são 7 mil e nem são 7 milhões, são 7 bilhões! Ah, então não falta dinheiro?

Quem estava na última reunião do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, na plenária? A Secretária Marianne Pinotti estava respondendo questões sobre isso.

Está no Plano do Governo Municipal, do Viver sem Limites, 100% de adaptação da frota. Eu fico confuso. Se os ônibus já tinham de estar adaptados, não é com 7 bilhões, que seriam para algo a mais. Por exemplo, para o aumento da frota do Atende.

A gente está aqui brigando, discutindo, com a superintendência, com o Altair - e tem mesmo, eles estão aqui dando a cara para bater, a gente está aqui para questioná-los -, mas gente, eles não têm a chave do cofre. O Altair não tem a chave do cofre. A gente tem que discutir com quem tem essa chave.

A Marianne Pinotti é Secretária, como já foi dito aqui, de uma Secretaria para a qual tenho dificuldades para entender para o que serve. (Palmas) Porque se existe uma Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, entendo eu, que a Secretaria deva ter a chave do cofre.

E aí, se está no Plano que o dinheiro é para adaptação dos ônibus coletivos, então, quer dizer que para o aumento da frota do Atende não vai ter dinheiro? A adaptação de 100% dos ônibus do transporte já era para ter acontecido e não aconteceu. Ela disse textualmente – não sei se está gravada a plenária, o Gilberto pode dizer, mas quem estava lá sabe que não estou mentindo - “Neste ano não serão adaptados 100% dos ônibus.” Em 2014 não estarão adaptados os 100%.

Aí eu perguntei para onde serão gastos os 7 bilhões, do Viver Sem Limites, ela não soube dizer. Quem sabe? É o Haddad? Tem que chamar o Prefeito aqui? Então, chamemos o Prefeito Haddad para responder para onde irá cada centavo dos 7 bilhões; para onde serão gastos cada centavo do sistema de transportes.

Se não soubermos disso, não teremos com discutir e reivindicar condições dignas para pessoas com deficiência, não migalhas. Estamos discutindo o menor, o pequeno, não estamos discutindo do bolo todo. Não uma fatia, mas pequenas cascas e migalhas que caem desse bolo, chamado Orçamento Municipal Público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Próxima, Angélica dos Santos.

A SRA. ANGÉLICA DOS SANTOS – Bom dia a todos, vim defender, em especial,

o meu segmento de pessoa com (apenas) deficiência visual. Quando perdemos a visão, principalmente em fase adulta, perdemos o chão. Desafio os senhores botarem uma venda e sair com uma bengala agora até o Metrô Anhangabaú e conseguir chegar lá.

As pessoas têm um entendimento, muitas vezes, que o deficiente visual uma vez que não tem nenhuma deficiência física que pode se locomover, que saia andando livremente assim que adquire a deficiência.

Quando eu tive a patologia que me levou à deficiência, procurei a SPTrans, mas me foi negado o serviço por ser deficiente visual. Contracei uma dívida de R\$36.000,00 para que uma pessoa me levasse de carro, do meu bairro até o Hospital São Paulo, durante três anos. Poderia com esse dinheiro ter comprado uma casa, não precisaria morar de aluguel, mas estar no meu imóvel. Disso o Governo não se responsabiliza, uma vez que eu sou eleitora e, mesmo como deficiente, sou obrigada a votar – não é escolha – pago imposto mesmo deficiente. Não tenho isenção de impostos, por ser pessoa com deficiência.

Por que essa dificuldade?

Quero discutir e apresentar uma sugestão, que se abra um leque maior, na regulamentação do Decreto, com o deficiente visual. Há muitos que conseguem uma mobilidade rápida, outros não. A gente sempre tem dificuldades de cuidadores para nos levar aos médicos. Aqui em São Paulo, o Governo não oferece associações, como o Benjamim constou, para reabilitação de pessoas com deficiência visual nos municípios, como há no Rio de Janeiro.

A gente tem que se deslocar da Leste da Oeste para a Sul, que é a maior concentração de associações de pessoas com deficiência visual. É longe. Há cegos que têm mobilidade reduzida, não vão conseguir andar, para o resto da vida. É fato. São vários os casos. Por que há dificuldade para nós? São pessoas pobres, não conseguem concluir o seu tratamento.

Faço não só um apelo, mas uma exigência que o deficiente visual seja incorporado

no Atende. Hoje, eu ando no Atende, só quando venho nas plenárias do Conselho, agora, quando eu mais precisei, o Governo me negou remédio, como nega até hoje, eu pago R\$250,00 de medicação, por semana.

Inclusive no transporte público, por que o primeiro vagão do metrô não é respeitado para o deficiente? Por que o Governo não vê isso? De manhã, as pessoas com plena saúde, jovens, na cara de pau, dormem no banco e não nos deixa sentar. Não tem espaço. Isso é inadmissível.

Faço um apelo para pessoas com deficiência visual, que seja regulamentado, que sejam avaliados os casos. Há pessoas com dificuldade de locomoção, não vão conseguir. Por fazer muito esforço eu estou andando sozinha, mas é difícil. Muitos não vão conseguir.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – O próximo é o Sr. Isaías Dias.

O SR. ISAÍAS DIAS – Sr. Presidente, quando faltar um minuto me avise, por favor.

Bom dia a todos, sou Isaías Dias, Conselheiro do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, é a primeira audiência pública que venho a respeito do Atende, mas quero fazer uma correção para o Carlos: não são 7 bilhões para São Paulo, mas para o Brasil.

O Programa Viver Sem Limites destinou essa verba para o Brasil todo. É pouco, mas em vista do que foi aplicado em governos anteriores, da década de 90, é muita coisa. Para São Paulo vem uma parte de 7 bilhões.

A questão de cobrar o orçamento aqui, quantos de vocês participaram do PPA? Tentaram discutir o PPA, levante a mão, por favor. (Pausa) Quatro. Quantos participaram da discussão do Orçamento? (Pausa) Escutei um só.

Não existem políticas, sejam quais forem, para pessoas com ou sem deficiência, se não estiverem dentro do Orçamento. No meio do ano, não dá para cobrar dos Vereadores que aumentem as verbas. Se nós, como pessoas com deficiência, não nos organizarmos para no começo do ano discutirmos o Orçamento e, no início dos governos, os PPAs, nós sempre

vamos discutir de forma errada.

Nós temos que separar aqui, são coisas diferentes: o metrô e o trem são de responsabilidade do Governo Estadual, do Governo Municipal é o transporte urbano de ônibus. Temos de separar, cobrar do Governo Estadual questões do metrô e do trem, que realmente estão ruins, como está ruim o transporte de ônibus.

Mas temos de discutir a melhoria do transporte coletivo no global, não só para as pessoas com deficiência.

Eu me orgulho de ser um trabalhador, não sou empresário. Temos de ter cuidado com falsos profetas que vêm e falam que resolvem. Dentro da proposta de documento eu queria colocar que fosse garantida uma disposição transitória para que as pessoas que não tenham deficiência física enquanto não for implementado o novo sistema de transporte para elas, que seja garantido o transporte dessas pessoas no Atende porque se não estaremos excluindo algumas.

É uma disposição transitória, tipo: enquanto não for criado e efetivamente colocado em prática e em funcionamento o transporte especial complementar para as outras deficiências terão direito sim a utilização do transporte no Atende. Levadas em consideração as suas características, a sua mobilidade. “Poderá” é muito vago.

Uma questão importante que está faltando aqui hoje é colocar que em todas as audiências públicas esteja presente alguém representando a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência porque tem o papel de articular as políticas entre as diversas secretarias do município de São Paulo e isso está faltando aqui neste momento.

Outra Secretaria que deveria estar aqui presente é a de Direitos Humanos porque a questão da pessoa com deficiência passa também pela questão da defesa dos direitos humanos. Então, em qualquer atividade que sejam discutidas leis que estejam presentes representantes dessas duas Secretarias.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. José Roberto Amorim.

O SR. JOSÉ ROBERTO AMORIM – Desde o começo e hoje o meu número de registro é o 2678. Eu tenho atendimento na ACD eventual e só no ano passado eu perdi dois atendimentos, ou até mais. Eu sugiro que a ACD, as entidades, hoje nós temos uma arma muito boa, que é a internet, então, a ACD me liga hoje e diz, por exemplo, que tenho atendimento sexta-feira, o que eu faço: nada, não vou. Eu não tenho como ir porque o Atende exige 20 dias de antecedência para marcar uma eventual. Que tal a ACD entrar em contato com o Atende, dizendo do dia do atendimento, daí a ACD liga dizendo que foi avisado o Atende que terá o atendimento no dia determinado. Fica mais fácil. Descarregaria o 0800, concordam?

A gente não fica nervoso em casa porque se a gente não marcar o carro não pode ir e tem de ligar para a ACD e desmarcar e esse atendimento só terei daqui um ano e meio porque vou par ao final da fila. Dou essa sugestão: as entidades trocam e-mails, são 30 segundos para mandar. Eu demoro mais porque digito com a língua, mas é tranquilo fazer isso. Dou essa sugestão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra o Sr. Jackson Naim.

O SR. JACKSON NAIM – Boa tarde a todos. Infelizmente, nós PCDs, não sou, mas tenho um em casa, somos menos unidos. Lembro que esse regulamento do Atende, em 1991, tivemos uma problemática grande em que o governo do PT tirou 249 pessoas da escola de fisioterapia e virou um caos em São Paulo. Alguns membros se reuniram e tentaram fazer essa mudança. Eu não consegui tempo para chegar aqui na hora, cedo, porque eu ia trazer várias atas, mas nós entidades, acumulamos atas, acumulamos reuniões. Os Vereadores pelo Decreto 36.071, que está sendo transformado em lei agora tem por obrigação melhorar o nosso Atende.

A nossa deficiência vai continuar, vocês políticos têm quatro anos e podem ser reeleitos. Basta vocês PCDs se unirem e brigarmos por uma causa só. Temos que não fazer vandalismo, mas sabermos brigar pelos nossos direitos. (Palmas)

O Senival Moura que está puxando essas audiências públicas, é muito bom. Qual é

a mídia que temos aqui hoje, tem alguém da Globo aqui? SBT? Tem a da Câmara Municipal, nós temos de respeitar as leis que eles colocam para gente, mas temos que saber discutir, que pegar o Batata e dizer o que queremos, que o que foi feito em 1991 era isso. Foram feitas muitas promessas, o aumento que a Gersonita falou não aconteceu muito, quando acontece, eles deixam vocês de fora e só depois é que é informado.

Então, antes dessa informação, que deem mais autoridade ao Conselho Municipal e que a Secretaria da Pessoa com Deficiência não fique nessa guerra política entre partidos, mas que se unam porque é a vida dos deficientes.

Hoje, eu vim para cá e não entra um deficiente no ônibus. Quanto ao decreto, alguém em uma reunião da SPTrans falou que o decreto jamais poderia ser alterado. Senival Moura é Vereador e sabe que qualquer decreto pode ser alterado e modificado. Então que se lute mais um pouquinho, Senival, pelo Atende.

O 0800, como o doutor falou, está melhorando. Só que essa melhora vem vindo de muitos e muitos anos. Então, que se pegue uma sociedade civil, leve à SPTrans e mostre realmente como se trabalha. Não falando do jovem aprendiz, como já falaram aqui, mas que tenhamos uma capacidade melhor para isso. Nada melhor do que o motorista do Atende para saber a melhor rota que ele faz para pegar o usuário.

Estou representando o IPDA. Cheguei atrasado, mas sei que não é só o IPDA que tem essa problemática. Nós temos o eventual que precisa ser melhorado e implantar um táxi acessível. Só que para você sair de Morro Doce e vir para cá, na Câmara, se sair 6h da manhã, jamais chegarei aqui. Se moro na zona Leste e pego a Salim Farah Maluf, nunca que vou chegar a uma consulta. Então, tem de se melhorar isso juntamente com o Conselho. O Conselho informe isso para todas as entidades por documento.

Agradeço. (Palmas)

O SR. EDSON NATALI – Sr. Presidente, só um minutinho.

Eu sou da imprensa. Meu programa se chama *Espaço Alternativo*. Todos os

domingos, ao meio-dia, pela Rádio Capital de São Paulo, 1040 am. É um programa exclusivo para pessoas com deficiência. É uma tribuna da imprensa para que vocês possam reivindicar e falar o que vocês quiserem.

Vereador, o que eu sinto e lamento muito é a distância de vocês com a população. Eu ouvi muito sobre comunicação: ligam para o 0800 e não atendem. Eu fiquei até chateado, a Associação Roda Viva tinha um ensaio para o Carnaval, que ocorre uma vez ao ano, com 70 cadeirantes e depois o Atende não disponibilizou mais as vans para que eles fossem aos outros dois ensaios. Entrei em contato e a atendente falou que o Sr. Edivaldo iria entrar em contato comigo. Eu falei que geralmente o Poder Público não entra em contato. De fato, o Sr. Edivaldo não deu retorno. Enviei e-mail e ele falou que era das 9h às 17h e acabou.

Então, fica uma sugestão. Vocês estão lidando com pessoas que não têm condições de uma condução. Pelo que vejo o Atende é para atender pessoas que não têm condições, não é verdade? Então, atender com um pouco mais de sensibilidade e facilitar um pouco para a imprensa. Nós queremos informar, dizer do serviço e do trabalho. Infelizmente, a gente também não tem esse tipo de contato. Então, acho que fica difícil.

O 0800, de fato, é problema. Eu liguei para lá.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Sobre o 0800, já foi informado. Houve problema e vão fazer a correção.

O próximo é Roberto Eric Alves.

O SR. ROBERTO ERIC ALVES – Eu queria dar uma sugestão para o Altair. São motoristas de ônibus que entram no Atende e eles não têm preparo para colocar os deficientes no box e ainda ficam xingando os deficientes.

Eu pego o atende e faço eventos mensais. Um dos motoristas xingou uma pessoa que ele estava transportando. Eu gostaria que o Sr. Altair desse o treinamento específico para esses motoristas porque eles são muito grossos com a gente, inclusive um quase me derrubou da van, no mês passado, porque eu briguei com ele porque ele xingou a usuária. Ele começou

a falar alto e eu falei para ele falar mais baixo e ele foi muito grosso. Quando ele foi me deixar em casa, ele quase derrubou do elevador.

Eu só queria que dessem mais treinamento aos motoristas. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Foram registradas algumas sugestões. Registro que não foram tantas sugestões para o Projeto de Lei, que é o que havíamos combinado. Fizemos reuniões anteriores para discutir isso. Mas anotei algumas sugestões e tenho certeza de que o representante da SPTrans também anotou.

Em seguida, vamos apresentar as sugestões dadas no dia de hoje para o possível projeto de lei, que é o objetivo desta audiência.

As críticas são naturais e o parlamento está aqui para isso, mas não podemos simplesmente achar que somos donos da razão e querer atrapalhar um trabalho que está sendo feito.

—
- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – A eleição da Comissão está preservada, inclusive alguns que falaram garantiram isso. Então, está anotado e a Comissão será mantida da forma que foi combinado.

Tem a palavra a Sra. Fátima.

A SRA. FÁTIMA – Respondo ao Sr. Orlando Galati. O senhor falou que estava vendo o Presidente do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência, mas eu sou mãe de pessoa com deficiência e também sou deficiente. Sou uma conselheira eleita e o Conselho tem feito o seu melhor. As pessoas com deficiência estão abertas às discussões. O Conselho tem acompanhado o regulamento e até o projeto de lei. Todos aqui participam de plenária e sabem disso.

Minha sugestão é que na capacitação se incluam mais pessoas com deficiência, que elas participem ativamente nas capacitações. Sei que as instituições que existem nas regiões estão prontas a colaborar com as empresas e contribuir com o trabalho.

Ficamos muito felizes com inclusão dos autistas nos serviços, mas repito que temos de ter cuidado de como isso vai ser feito. A Euláila tem uma situação difícil. A família dela é toda surda e cega e ela já foi deixada para trás várias vezes, porque os vizinhos não vão até ela para comunicar e nem o condutor pode chama-la. Na capacitação tem de se mostrar a diferença e ver as pessoas com deficiência de forma específica.

A Gersonita falou da participação do CMPD, da autorização de cancelamento. O usuário pede o atendimento e além de perder o atendimento, ele leva uma falta por esse cancelamento. Quando ele liga na central, a central diz: “Nós não podemos cancelar”. Então isso, para o usuário, Sr. Altair, está ficando difícil mesmo. Gente, o Conselho, nós estamos em função do mesmo, para que tenha mesma melhoria nesse serviço. E com certeza, gente, o Conselho não está de olho fechado para isso. Certo?

Eu, como fui eleita por essa faixa, estou nessa faixa, estou dando o melhor do meu trabalho. É isso que queria passar para cada um de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Tem a palavra ao Sr. Altair Neri Bezerra, Superintendente da SPTrans, Serviço Atende, para poder responder sobre as sugestões que foram apresentadas e falar também sobre as críticas.

O SR. ALTAIR NERI BEZERRA – Eu recebi aqui algumas perguntas por escrito e aí vou tentar responder. Quero começar pela última pessoa que falou, o Roberto e a Ieda Maria escreveram: “Por que os motoristas nos tratam mal?” E tem uma outra situação da pessoa que fala que o atendente do 0800 mal trata. Eu quero deixar bem claro o seguinte, igual à situação que você passou, eu faço questão de exigir de cada colaborador nosso, seja ele da São Paulo Transporte, seja ele da empresa concessionária do serviço, mas aquele que trata diretamente com o serviço que ele seja o melhor profissional possível. Eu não aceito alguém que esteja envolvido no serviço Atende que maltrate, que dirija perigosamente, que não respeite o usuário. Agora, uma situação como essa precisa chegar a mim, porque eu tenho certeza absoluta, se alguém maltratar o usuário e isso chegar a mim, essa situação não vai se repetir.

Inclusive situações até talvez menos intensa do que essa, o motorista não está mais dirigindo no serviço Atende. E a mesma coisa, se você agora lá no Pari, até quatro horas da tarde, você vai ver que tem cinquenta e poucos motoristas lá fazendo treinamento. Ano passado nós treinamos aproximadamente 300 motoristas. Então isso é uma coisa que a gente faz todo mês, que a gente faz anualmente, porque o que a gente espera do serviço Atende é uma qualidade no seu atendimento. Essa qualidade existe, mas não quer dizer que ela não possa ser melhorada e é por isso que a gente trabalha em cima disso. Eu faço questão, Roberto, que você faça essa reclamação por escrito, que indique o motorista e que a gente vai averiguar e a gente não aceita e não permite que isso possa acontecer.

A Ana Maria fez uma sugestão, e eu acho importante esse diálogo nosso, que através da sugestão são coisas que aparecem que a gente pode estar trabalhando no sentido de dar uma solução para o 0800. Ela sugere automatização do atendimento, tecla um para cancelar sua ida; tecla dois para cancelar ida e volta. Talvez seja uma solução. Eu não sei, eu preciso estudar, vou levar essa situação para saber quais são essas possibilidades e se de fato, de repente, pode ser uma solução para esse problema, como já disse, que é verdadeiro.

A Andréia fala sobre o *layout* transporte. Eu vou passar isso para engenharia, até porque ela cita que a van que não tem janelas na área de trás ela provoca muito calor. Aí eu vou passar para a engenharia, até porque não tenho domínio sobre essa situação.

Falando do 0800. Sugestão. O Rivaldo pergunta: “Por que não pode se agendar carros com menos de 20 para o serviço eventual?” É o regulamento que existe, o regulamento que está diz isso. A gente está trabalhando a discussão de um novo regulamento para melhor isso. Então vai ser através desse debate que a gente vai aprofundar e ver aquilo que podemos, ou não, avançar nas melhorias.

Nas respostas passadas eu deixei de responder a questão das cooperativas. As cooperativas hoje não atuam no sistema Atende também porque existe um contrato que na época foi repassada a operação do serviço Atende para concessão, que as empresas de

ônibus. É muito provável que em 2015 haja uma nova licitação e aí essa possibilidade, dependendo do modelo de licitação que for discutida, essa possibilidade seja aberta também para o atendimento das cooperativas. De minha parte não há preconceito nenhum. Eu aposto muito nessa questão do treinamento dos profissionais e de uma gestão que a gente possa ter uma fiscalização forte para ter um serviço bom.

Em relação à Regina, que colocou a sugestão que às vezes o itinerário da van não é o melhor itinerário, a rota não é a melhor rota. Às vezes duas vans vão para o mesmo bairro e pegam pessoas distintas, sendo que ela poderia ter a rota otimizada. Eu concordo que existe um pouco disso. Mas é verdade também que a rota hoje, a programação dessa rota, ela é feita por pessoas manualmente. Isso é quase que humanamente impossível você fazer uma rota com exatidão e é por isso que a gente, como eu disse na resposta passada, está investindo numa nova ferramenta, numa nova tecnologia para que essa nova tecnologia possa produzir uma rota mais adequada. E o técnico vai ter, através dessa ferramenta, ele vai poder analisar essa melhoria.

Quero dizer ao serviço Atende, as críticas aqui colocadas são pertinentes. Agora, quero dizer para você que em maio, com a entrada dos taxis, os taxis começarem a operar o sistema, vocês também vão perceber uma melhoria operacional bastante grande e isso acontecendo muito por conta desse processo aqui de diálogo entre a gente.

Tem uma proposta para faculdade à noite ser atendido. Isso é um problema sério. Por conta do horário do serviço Atende, ele consegue levar a pessoa para a faculdade, mas não traz a pessoa da faculdade e essa é uma das nossas preocupações. A gente quer resolver essa situação e é muito provável que a através dos taxis acessíveis, que rodam 24 horas na cidade, a gente possa fazer esse atendimento também, porque é uma preocupação que sempre tiver e acho justa a reivindicação.

No mais é isso. É importante esse debate, é importante a gente ouvir as sugestões, ouvir as críticas para que cada vez mais a gente possa trabalhar um serviço melhor para vocês.

Quero agradecer a presença de todos, agradecer o convite, falar e aqui já passaram três Vereadores, os Vereadores Senival, Vavá e Toninho, que são pessoas que no dia a dia estão sempre procurando contribuir com essa discussão e sempre provocam a gente no sentido de cobrar um melhor serviço.

Também, para finalizar, queria fazer justiça à Dra. Marianne Pinotti. Ela é Secretária da Pessoa com Deficiência e toda essa nossa construção é com ela também. A doutora é uma grande parceira nesses avanços que a gente tem buscado. No decreto ela nos ajudou, nos taxis acessíveis ela ajudou, no atendimento aos autistas nos ajudou, no atendimento aos surdos cegos nos ajudou, na discussão do novo regulamento também está nos ajudando. Então queria deixar isso claro para que a gente possa ser justo também com as pessoas que nem aqui estão.

No mais, quero agradecer e obrigado, um bom final de semana para todos e espero que na próxima eu receba mais elogios do que críticas.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Antes de passar a palavra para o Gilberto Franchetta, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Quero registrar aqui a presença do Sr. Eurípedes Carvalho, assessor do Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde.

Passo a palavra ao Gilberto Franchetta, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

O SR. GILBERTO FRANCHETTA – Olha, pelas sugestões que houve, me parece que houve mais sugestões para o regulamento do que para o projeto de lei. Tem algumas aqui muito interessantes que eu anotei aqui, sobre o que a gente pode tratar no regulamento. Como eu falei para vocês, nós estamos atualizando o regulamento, temos reuniões todas as quartas-feiras no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Quero falar, inicialmente, pela ordem. A Sandra falou do Atende pela subprefeitura. Essa questão do Atende por subprefeitura eu não sei se vai resolver, porque o problema não é

de onde o Atende vai sair, o problema é de otimização, que acho que é o que o Boris falou, que tem que otimizar melhor o serviço e talvez a solução seja uma que tínhamos apresentado anteriormente para a gestão anterior do Atende, do Governo passado. O que a gente estava propondo na época era você ter um Atende que circule num centro de reabilitação para atender aquela população local. Então atende lá naquela região, ele consegue otimizar o serviço lá, as pessoas vão ficar menos tempo dentro do veículo, vão ser atendidos mais rapidamente. Talvez a gente possa pensar, ver como são as soluções, mas talvez a gente até possa colocar no próprio regulamento.

A Paulinha falou sobre o serviço de fiscalização e a Gelsonita falou sobre deliberar junto e o Carlos Alberto falou sobre o controle social. Eu só vou ler aqui o artigo 37 da Constituição, o parágrafo 3º diz: “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta”. Então isso é constitucional, a lei vai dizer. O Conselho é formado por lei, é uma forma de participação. Tem outras aqui que vou citar no fim, que também tem forma de participação. Então o que a gente precisa é usar esse direito e de fato começar a participar.

A Maria Gorete falou do eventual. Ela diz que 20 dias é pouco. O Rivaldo falou que é muito. De fato nós estamos discutindo no regulamento, porque estão pensando que é muito e a gente quer diminuir. Como o Amorim falou, tem uma eventual daqui tantos dias, ele perdeu porque não dá mais tempo de sair. Então acho que a coisa é invertida aqui. Mas estamos discutindo isso também na questão do regulamento.

Tem uma outra questão que é da locomoção do deficiente visual, sobre esse período de aprendizagem, que foi questionada pela Angélica – me parece. De fato, o deficiente visual não está contemplado, mas há um período em que o deficiente está num aprendizado de locomoção. Nesse momento, como ele ainda não consegue se locomover no espaço público, é importante que o deficiente tenha direito ao Atende.

Foi falado sobre o uso da internet, estamos pensando não apenas nisso, mas

também em SMS, porque a maioria das pessoas tem celular e esse é um modo de poder se comunicar. Estamos pensando também nessa forma.

Enfim, existe uma série de questões levantadas que vamos aproveitar e ver se conseguimos incluir no regulamento.

Outra questão é sobre o acompanhamento do Orçamento, a aplicação do dinheiro público – que é nosso e tal. O Prefeito criou, em janeiro, o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo, onde temos dois representantes. Vamos ver se conseguimos acompanhar a aplicação desse Orçamento.

Estamos participando também de outra instância, que é o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte – a Fátima e eu fomos eleitos para isso. Não tomamos posse ainda, mas na primeira reunião falamos da necessidade não apenas do transporte ser acessível, pois hoje nem 60% da frota é acessível e mesmo assim nem toda pode ser utilizada. O Decreto Federal 5.696 diz que até 4 de dezembro toda frota tem de estar adaptada. O problema é que às vezes não conseguimos chegar nessa frota acessível por causa do passeio público e dos equipamentos. Levantamos essa questão nessa primeira reunião, mas o Secretário disse que essa era uma questão temática e que não seria discutida ali.

Depois, a Rede Nossa São Paulo fez a proposta de um plano sustentável, dizendo que nós deveríamos pensar nisso. Iremos reafirmar essa questão lá, pois não adianta só a frota estar acessível, mas é importante podermos chegar a ela também.

Assim que a audiência for concluída, nossa Plenária, marcada para as 14h, será realizada nesse espaço.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Obrigado, Gilberto Frachetta. O Sr. Gilberto é o Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Quero registrar que nove pessoas enviaram perguntas ao representante da SP Trans, 15 fizeram uso da palavra e uma acrescentou uma sugestão.

Com a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli e, em seguida, farei minhas considerações finais. Quero comunicar que a Comissão já instituída dará continuidade para discutir as propostas levantadas hoje para – se tudo der certo – apresentarmos o projeto de lei.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli, do PSOL.

O SR. TONINHO VESPOLI – Quero agradecer ao Vereador Senival e explicar que faço parte da Comissão de Educação e não desta, inclusive, fizemos um seminário sobre Educação Inclusiva há pouco tempo.

Estou aqui por dois motivos: um para dizer que o nosso mandato discute muito a questão das pessoas com deficiência e outro porque o Vereador Senival dá abertura aos Vereadores para participarem e discutirem democraticamente. Sinto-me muito bem por estar nesta Comissão.

Quero reforçar sobre a questão do Orçamento. As pessoas podem pensar que os Vereadores entendem das questões, ou seja, entendem que a Saúde precisa de dinheiro, então vão destinar dinheiro para essa área; precisa de dinheiro para as pessoas com deficiência, destinam dinheiro para elas; mas o fato é que não funciona assim. Estamos numa sociedade em que existem vários interesses legítimos, bons, mas as pessoas os disputam.

Darei um exemplo. Gastaremos em torno de 160 milhões para reformar o Autódromo de Interlagos, porque muitas pessoas entendem que uma vez reformado e funcionando ele trará divisas, dinheiro com impostos, que serão arrecadados pela Prefeitura. Outros acham de forma diferente: que os setores mais ricos da sociedade é que terão lucro e a grande maioria da população não. Então, existem entendimentos diferentes na Casa.

Quando falo que as pessoas têm de se organizar e pressionar a Câmara, é porque elas têm entendimentos diferenciados, tanto no Governo Executivo como no Legislativo. Por isso as pessoas têm sim de se organizar e falar o que pensam e o que querem senão outros segmentos acabam pegando a fatia mais importante do Orçamento Municipal.

Quero falar sobre duas questões do projeto de lei, que não houve proposta de

discussão. Uma é a questão dos táxis. Em meu ponto de vista, o táxi ou o Atende – se for terceirizado - é a mesma coisa. Não vejo problema nisso. Altair, o único ponto em que temos de pensar é que as Administrações passam e não sabemos quem vem depois, e depois, e depois. Eu deveria conhecer como foi feito esse contrato dos táxis, porque nos preocupa o fato de que a política pública possa ser extinta depois. Outro Governo pode vir e extinguir essa questão dos táxis, por exemplo, e ficar só com o Atende. Assim a demanda vai ficar mais reprimida ainda. Temos de pensar num jeito de conseguirmos estender a questão dos táxis.

Outra questão é com relação ao 0800. Temos de pensar de um jeito administrativo.

Eu sei que no setor público é muito mais difícil do que no privado, porque nesse último tem-se muito mais agilidade.

Por exemplo, nesta Casa passou um projeto de lei que dá direito às pessoas com 60 anos terem gratuidade no transporte. Aumentou três vezes mais o número de pessoas pedindo gratuidade nas praças de atendimento das subprefeituras. Só que o número de funcionários é o mesmo. Agora, tem lá uma fila enorme, os senhores e as senhoras de idade pegam senha, quem consegue têm o prazo de três horas para serem atendidos. Passou desse tempo não.

Temos de ter uma continuidade das várias propostas que foram feitas no 0800, de pensarmos que são estagiários, mas se vai sair uma leva, se eu não posso contratar um mês antes e conseguir, porque tem de ter um processo para ampliar e não ter um rompimento.

Nosso mandato pegou todas as sugestões sobre o projeto de lei e nós estaremos ajudando, como assim fizemos, nesse último decreto.

Altair, para ser bem honesto, o decreto que foi colocado agora e que você disse que era do Conselho Municipal, na verdade, foi uma atuação muito forte do nosso mandato. Inclusive você esteve na discussão e o Gilberto, não enquanto Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, mas como pessoa. O Decreto na verdade saiu daquela discussão que, inclusive, você participou.

Muito obrigado. Naquilo que pudermos fazer para colaborar, nós o faremos. Como fizemos no Decreto, vamos fazer também aqui no projeto de lei. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Quero agradecer as palavras do Vereador Toninho Vespoli, do PSOL.

Só para registrar para aqueles que falaram, inclusive, houve um que usou a palavra e disse o seguinte: “Não me sinto representado pelos que estão na mesa e pelos que estão falando.” Quero registrar que durante todo ano de 2013 houve diversas reuniões, essas pessoas tiveram plenas oportunidades de se manifestarem, fazerem uso da palavra, questionar, apontar os problemas, entretanto não apareceram em nenhuma reunião.

Tivemos reuniões envolvendo Defensoria Pública, Ministério Público, entidades, movimentos, usuários, governos, enfim, envolvendo tudo. Tiveram tempo suficiente, um ano passou e poderiam ter feito uso da palavra, mas em nenhum momento, sob a minha presidência em audiências ou liderança, foi cerceado o direito de fala de nenhuma pessoa em nenhum momento.

Passamos o ano de 2013 exercendo isso, fazendo esses trabalhos, que resultaram no decreto. O grande objetivo da audiência de hoje era o de acolher sugestões para trabalharmos um PL, como disse o Vereador Toninho Vespoli. Não sabemos daqui a tantos anos quem estará governando a Cidade, pode ser que entenda que isso não sirva, e vá mudar tudo. Depois que se aprova uma lei é muito mais difícil de revoga-la. Para revogar uma lei precisa discutir muito, inclusive com a Câmara.

Há várias sugestões que foram apresentadas e que nós vamos levar, tem a comissão acompanhando tudo isso. Sugiro que a comissão seja a mesma que iniciou todos os trabalhos durante o ano passado. Creio que há entendimento, há acordo. Há acordo?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pegue o microfone com o Carlos, por gentileza. É importante quanto mais ampla e poder discutir as coisas da melhor forma possível,

o resultado pode sair melhor.

O SR._____ - Senival, eu entendo, mas só queria ponderar porque são duas tarefas muito distintas. A comissão que você está dizendo tem uma tarefa política de dialogar permanente com a Câmara, com o Altair e com o próprio segmento para elaborar o projeto lei. É uma tarefa de fundo, é uma tarefa política.

A outra tarefa, que não é menos espinhosa, eu diria que é um caminhão de areia, que é ver essas questões das punições, do 0800, caso a caso. Para isso, por exemplo, não me sinto em condições porque não tenho toda a bagagem e conhecimento de como funciona o processo do dia a dia no atendimento.

Eu entendo, não sei você e o pessoal concordam, mas penso que essa Comissão deve ser formada de três atores, técnicos do Atende, da própria Câmara e um grupo de usuários, que não verão só a questão pessoal e particular. Mas essas questões da problemática do dia a dia. Entendo isso, estou dialogando.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - Dá para a gente fazer sem problema. É algo que vocês podem discutir mais diretamente com a SPTrans e a Câmara, na medida do possível, que puder contribuir para resolver o problema, tenho certeza que estaremos à disposição.

O SR._____ - Se assim a gente acordar agora era interessante sair daqui esse grupo de usuários. Não sei se o Gilberto e a Fátima pensam que a gente pode fazer isso à tarde, na plenária, não sei. Em algum momento isso vai ter que ser feito.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - Na plenária? Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) - E a outra comissão para cuidarmos das sugestões para o PL. Essa contempla todos? Certo, Gilberto? OK?

Tem uma sugestão que foi apresentada pela Giselda Moreira Domingos: “Peço a licença para todos da mesa para sugerir: sugiro que se tenha o objetivo de nos trazer a solução

para todos os assuntos em pauta. Até agora só ouvi falar em melhorias e quando se fala nelas e não se resolve, não adianta. De todos os representantes e vereadores que compõem esta mesa, só podemos esperar a solução.”.

É o que nós vamos trabalhar e essa comissão vai contribuir muito para isso.

Para encerrar, quero agradecer as presenças: do Gilberto Frascetta, Presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; da Maria de Fátima Silva Lima, Conselheira de Transportes e Acessibilidade do Município da Pessoa com Deficiência; do Eurípedes Carvalho que, neste ato, representando o Secretário Municipal de Saúde, José de Fillipi; agradeço a presença de todos os presentes, aos Vereadores que puderam passar por aqui, ao Vereador Toninho Vespoli que está desde o início; agradeço ao representante Altair Neres Bezerra, Superintendente do Serviço Atende; Edivaldo Correia de Melo, Gerente do Serviço Atende.

— Nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos. (Palmas)